ISSN 2526-5822

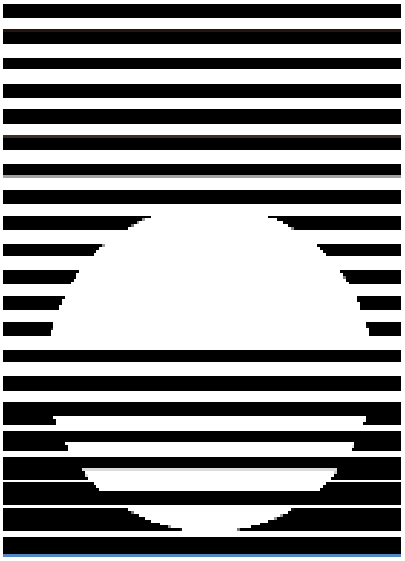
CONJUNTURA

LATITUDE SUL

08
2025

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822



O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

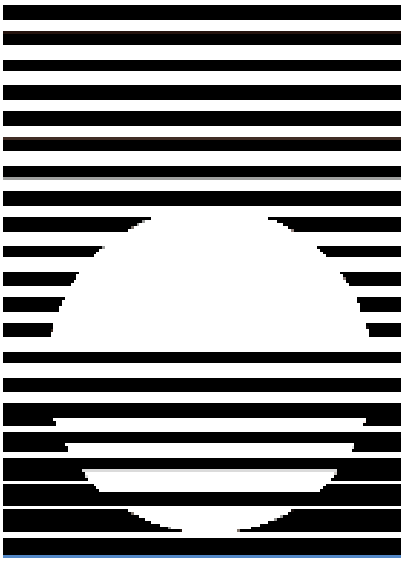
Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br

CAPES CNPq FAPERJ IESP.UERJ

SUMÁRIO



Página 04
Desgastes nas relações do Brasil com EUA e Israel prosseguem

Página 05
Brasil intensifica a diversificação de relações por meio de diplomacia de alto nível

Áudios revelam suposto esquema de corrupção no governo argentino

Página 06
Deslocamento de navios dos EUA para a costa venezuelana gera reações de Maduro e da comunidade internacional

Envio de navios dos Estados Unidos à Venezuela reacende discurso anti-imperialista na região

Página 07
Eleições da Bolívia apontam para segundo turno entre duas candidaturas à direita

Miguel Uribe Turbay, pré-candidato à presidência colombiana, morre dois meses após sofrer atentado

Página 08
Atentados realizados por grupos paramilitares alertam governo colombiano em meio a Cúpula da OTCA

Governo equatoriano reforça agenda diplomática na América do Sul

Página 09
Presidente do Equador submete referendo para aprovação da Corte Constitucional

Colômbia e Peru reativam controvérsia sobre a Ilha de Santa Rosa

Boluarte ameaça retirar o Peru da CIDH em meio a críticas à Lei de Anistia

Página 10
Posição do Paraguai como "sócio estratégico" dos Estados Unidos se fortalece

Guiana prepare-se para eleições nacionais em meio a tensões com Venezuela

Página 11
Governos negociam ampliação de acordos comerciais do Mercosul

IESP.UERJ

Desgastes nas relações do Brasil com EUA e Israel prosseguem

Ao longo do mês de agosto, as relações do Brasil com os EUA e Israel foram marcadas pelo aprofundamento de tensões políticas e diplomáticas. No dia 4, o vice-secretário do Departamento de Estado dos EUA, Christopher Landau, criticou, na rede social X, a decisão do ministro Alexandre de Moraes de decretar a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro, em meio ao julgamento que ocorre no Supremo Tribunal Federal (STF), no qual ele é acusado de articular a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. Landau afirmou que as decisões de Moraes estão levando o Brasil a uma ditadura judicial. No mesmo dia, a Embaixada dos EUA no Brasil, também por meio do X, ameaçou responsabilizar quem facilitasse as ações de Moraes. Em seguida, no dia 9, novas declarações de Landau acusaram Moraes de concentrar poder de forma ditatorial, promover perseguição política e destruir a relação histórica de proximidade entre EUA e Brasil. Em reação, no mesmo dia, o Itamaraty divulgou uma nota repudiando as ingerências dos EUA em assuntos internos e convocou o encarregado de negócios dos EUA no Brasil, Gabriel Escobar, para protestar contra as postagens. Entretanto, os atritos prosseguiram no dia 12, quando o Departamento de Estado dos EUA divulgou um relatório sobre o quadro de direitos humanos no Brasil. O documento afirmou que o Judiciário brasileiro vem prejudicando a liberdade de expressão ao censurar apoiadores de Bolsonaro em redes sociais e que o governo federal vem minando o debate democrático ao suprimir discursos políticos em defesa do ex-presidente. Além disso, no dia seguinte, os EUA anunciaram a revogação de vistos de autoridades brasileiras que participaram da criação do programa Mais Médicos em 2013, no qual médicos cubanos foram contratados para atuar no Brasil. Isto, segundo o Departamento de Estado, contribuiu para sustentar o regime castrista. Em seguida, no dia 14, a tensão subiu de nível quando, em uma coletiva de imprensa, o presidente dos EUA, Donald Trump, chamou o Brasil de péssimo parceiro comercial e classificou o processo contra Bolsonaro de execução política. Por sua vez, o presidente Lula reagiu declarando, em um evento público no mesmo dia, que o Brasil não andará de joelhos para o governo norte-americano e que Bolsonaro está sendo julgado democraticamente. Além disso, no dia 18, o ministro do STF Flávio Dino declarou que leis estrangeiras não têm eficácia no Brasil, pois, caso contrário, a soberania nacional seria violada. A declaração foi interpretada pela imprensa como um recado para bancos brasileiros não atenderem às sanções financeiras contra Alexandre de Moraes dispostas pela Lei Magnitsky, imposta contra ele pelos EUA em 30 de julho. A defesa da soberania também foi expressa por Lula e por ministros em uma reunião de governo, no dia 26, na qual usaram bonés com o lema "O Brasil é dos brasileiros" e anunciaram o novo slogan da administração: "Do lado do povo brasileiro". Na dimensão comercial da relação bilateral, o Brasil anunciou, no dia 6 de agosto, que apresentou formalmente à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma queixa contra o tarifaço de 50% sobre as importações brasileiras oficializado em decreto por Trump também em 30 de julho. No dia 12, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que uma reunião com autoridades dos EUA para negociar o tarifaço foi cancelada por Washington e atribuiu o gesto à "militância antidiplomática das forças da extrema-direita que atuam junto à Casa Branca", em uma referência indireta a Eduardo Bolsonaro. Finalmente, no dia 18, o Itamaraty emitiu um documento no qual refutou, item por item, as acusações dos EUA sobre supostas deslealdes comerciais praticadas pelo Brasil e sobre as quais formalizaram a abertura de uma investigação no dia 15. Simultaneamente às tensões com os EUA, Israel anunciou, em 25 de setembro, o rebaixamento de sua relação diplomática com o Brasil depois que o Itamaraty não conferiu um agrément à indicação do diplomata Gali Dagan para a embaixada em Brasília. O pedido foi deixado sem resposta pela chancelaria em reação à declaração do governo israelense, feita em 2023, de que Lula é uma persona non grata, após ter afirmado que a ofensiva de Israel em Gaza se assemelhava a um genocídio. O ministro da Defesa israelense, Israel Katz, declarou, no dia 26, em publicação no X, que Lula é antissemita, apoiador do Hamas e aliado do Irã, em reação à decisão de retirar o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, tomada no mês passado. Em nota, o Itamaraty repudiou as declarações e atribuiu a Israel a responsabilidade pela morte de dezenas de milhares de civis e pelo uso da fome como arma de guerra nas operações militares em curso na Faixa de Gaza.

Fontes: Valor Econômico, 06/08/2025; Folha de S. Paulo, 08/08/2025; UOL, 09/08/2025; G1, 11/08/2025; Valor Econômico, 11/08/2025; Carta Capital, 14/08/2025; CNN Brasil, 14/08/2025; BBC Brasil, 14/08/2025; Valor Econômico,

19/08/2025; G1, 25/08/2025; Estado de S. Paulo, 26/08/2025.

Brasil intensifica a diversificação de relações por meio de diplomacia de alto nível

Diante das dificuldades no relacionamento com os EUA, o presidente e o vice-presidente do Brasil se engajaram em ações variadas para diversificar as relações externas do Brasil durante o mês de agosto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de conversas telefônicas com três homólogos: no dia 9, com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, com quem tratou de esforços de paz na guerra contra a Ucrânia, discussões em curso com os EUA e organização da próxima edição da Comissão de Alto Nível de Cooperação Brasil-Rússia neste ano; no dia 12, com o presidente da China, Xi Jinping, que afirmou que está pronto para estabelecer com o Brasil um exemplo de unidade e autossuficiência entre os principais países do Sul Global, além de utilizar o BRICS para expandir negócios e construir consensos entre países em desenvolvimento; e, no dia 12, com o presidente da França, Emanuel Macron, com quem Lula discutiu a ampliação do comércio bilateral por meio da aprovação do acordo entre Mercosul e União Europeia até o fim deste semestre, em reação ao tarifaço dos EUA. Além dos telefonemas, o presidente brasileiro recebeu, em Brasília, outros três chefes de Estado: no dia 18, Daniel Noboa, presidente do Equador, com quem firmou acordos de cooperação em diversas áreas, como comércio, internet e meio ambiente; no dia 25, Bola Tinubu, presidente da Nigéria, a fim de discutir a ampliação de negócios e trocas bilaterais; e, no dia 28, José Raúl Molino, presidente do Panamá, a quem Lula manifestou apoio à soberania sobre o Canal do Panamá, ameaçada atualmente por Donald Trump. Por sua vez, nos dias 27 e 28, o vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, chefiou a visita de uma delegação de ministros ao México, com vistas a ampliar a relação econômica entre os dois países. O principal memorando assinado prevê ações para facilitar trocas e investimentos. Também foi realizado o Fórum Empresarial Brasil-México, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Fontes: Brasil, 09/08/2025; Folha de S. Paulo, 12/08/2025; Valor Econômico, 21/08/2025; Brasil, 18/08/2025; Brasil, 25/08/2025; Brasil, 28/08/2025; UOL, 28/08/2025.

Áudios revelam suposto esquema de corrupção no governo argentino

A irmã do presidente argentino Javier Milei e secretária-geral da Presidência, Karina Milei, é acusada de participar de um esquema de corrupção na Agência Nacional de Deficiência (Andis). O caso veio à tona no dia 20 de agosto, quando foram vazados áudios nos quais o ex-diretor da agência, Diego Spagnuolo, afirma que empresários pagavam propinas de até 8% sobre contratos com a Andis, sendo que 3% seriam destinados a Karina. O esquema envolveria a compra de medicamentos e próteses da empresa Suizo Argentina. Nos áudios, Spagnuolo menciona ainda a participação do subsecretário de Gestão Institucional do governo, Eduardo "Lule" Menem, e diz ter alertado o presidente Javier Milei sobre as irregularidades. A justiça argentina abriu uma investigação e ordenou a apreensão de celulares, de documentos e de US$ 266 mil em espécie, mas ainda não confirmou a autenticidade dos áudios. No dia 21 de agosto, Spagnuolo foi demitido, mas os irmãos Milei evitaram se pronunciar sobre o assunto até o dia 27 de agosto, quando o presidente passou a responsabilizar o ex-diretor da Andis pelo ocorrido, chamando-o inclusive de "mentiroso", e saiu em defesa de Karina, ao afirmar que os áudios eram "uma farsa plantada pela casta". No dia 29 de agosto, o canal de streaming Carnaval Stream divulgou um novo áudio, desta vez atribuído a Karina Milei, no qual diz o seguinte: "Não podemos entrar na briga entre nós. Precisamos estar unidos". O áudio foi extraído de uma gravação maior de aproximadamente 50 minutos, que não foi divulgada integralmente. A pedido do governo argentino, que argumentou que as gravações foram obtidas ilegalmente dentro da Casa Rosada com o fim de desestabilizar o país durante o período eleitoral, o juiz federal Alejandro Patricio Maraniello emitiu uma ordem proibindo a divulgação dos áudios. O argumento jurídico utilizado foi o de que o direito à liberdade de expressão deveria ceder para proteger a intimidade, a honra das pessoas envolvidas e a segurança institucional. O escândalo atingiu o cerne do discurso político de Milei, que se elegeu como um outsider "anti-casta" prometendo acabar com a corrupção. Pesquisas mostram uma redução significativa do Índice de Confiança no Governo, que

registrou uma queda de 13,6% em agosto. Aproximadamente 62,5% dos argentinos acreditam que os áudios revelam corrupção grave no governo. No Congresso, a oposição vem ganhando força e impôs derrotas significativas ao governo, como a derrubada do veto presidencial a uma lei que declara emergência na área de deficiência e a rejeição de decretos que cortavam gastos. O rechaço ao escândalo resultou também em violência nas ruas. No dia 27 de agosto, a comitiva presidencial foi atacada com pedradas durante um comício de campanha para as eleições legislativas deste ano, forçando Milei a sair do local sob escolta. O mercado também reagiu negativamente. O risco-país argentino superou os 800 pontos, atingindo seu nível mais alto desde abril, o que dificulta o acesso a financiamento internacional e complica o refinanciamento de dívidas em dólares que vencem em 2026. Este não é o primeiro escândalo do governo Milei. Em fevereiro deste ano, o mandatário argentino incentivou a compra da criptomoeda $LIBRA, que teve uma valorização exponencial seguida de uma abrupta queda, levando seus compradores a perderem dinheiro.

Fontes: AP, 22/08/25; Buenos Aires Herald, 22/08/25; Buenos Aires Herald, 25/08/25; G1, 01/09/25; Página 12, 25/08/25.

Deslocamento de navios dos EUA para a costa venezuelana gera reações de Maduro e da comunidade internacional

No mês de agosto, três navios, um submarino e 4.500 militares estadunidenses foram deslocados para a costa da Venezuela. Condições climáticas desfavoráveis atrasaram a saída dos navios, que ocorreu no dia 24 de agosto, a partir do porto de Norfolk, no estado da Virgínia. A porta-voz do governo estadunidense, Karoline Leavitt, havia declarado, no dia 19, que os EUA usariam toda a força contra o regime de Nicolás Maduro, classificando-o como um cartel narcoterrorista, não um governo. Um dia depois, durante a cúpula da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), Maduro afirmou que a ação estadunidense era uma ameaça à paz regional e uma violação do direito internacional, e que Donald Trump usava operações contra o narcotráfico como um pretexto para intervir na Venezuela. Além disso, Maduro anunciou a mobilização de 4,5 milhões de milicianos para defender o território venezuelano. No dia 26 de agosto, o chanceler venezuelano, Yván Gil, solicitou que a Organização das Nações Unidas (ONU) contenha as ações dos EUA contra a Venezuela, e, no dia 27, Maduro acusou os EUA de violarem o Tratado de Tlatelolco, ao enviar um submarino nuclear para o Caribe. A comunidade internacional condenou a ação estadunidense. A ALBA-TCP emitiu uma declaração pedindo respeito à soberania dos países da região. António Guterres, secretário-geral da ONU, pediu que os EUA e a Venezuela resolvam suas diferenças por meios pacíficos. Celso Amorim, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República do Brasil, demonstrou preocupação com a presença dos navios na costa da Venezuela, afirmando que o combate ao tráfico de drogas deve ser feito com a cooperação dos países, e não com intervenções unilaterais. Gustavo Petro, presidente da Colômbia, classificou a ação estadunidense como um erro que não resolverá os problemas de narcotráfico dos EUA. O governo da China também criticou a ação, rejeitando a interferência estadunidense na Venezuela.

Fontes: Valor Econômico, 28/07/2025; UOL, 30/07/2025; Valor Econômico, 31/07/2025; Folha de São Paulo, 19/08/2025; Agência Brasil, 20/08/2025; CNN, 20/08/2025; CNN, 20/08/2025; CNN, 21/08/2025; Exame, 21/08/2025; Folha de São Paulo, 25/08/2025; G1, 26/08/2025; Efecto Cocuyo, 27/08/2025 .

Envio de navios dos Estados Unidos à Venezuela reacende discurso anti-imperialista na região

Durante a XIII Cúpula Extraordinária da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA-TCP), o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, denunciou a "nova ofensiva imperialista" dos Estados Unidos sobre a América Latina e o Caribe ao referir-se à autorização de Donald Trump para o envio de navios de guerra para a costa da Venezuela. O cubano falou que a decisão de Trump fere as normas do direito internacional e a Carta das Nações Unidas e que a ação é uma tentativa de reativar a Doutrina Monroe sobre o continente, além de ser um ataque à soberania dos países da região. Díaz-Canel também apoiou a proposta do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, de convocar uma reunião extraordinária de chanceleres da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) para discutir o caso – convocada para o dia 1º de

setembro em formato virtual. Ao final, os países reunidos na ALBA aprovaram uma declaração que marcou o posicionamento dos membros contra as "ações coercitivas unilaterais dos Estados Unidos" e incluiu medidas como o apoio a Maduro e a rejeição categórica ao deslocamento militar norte-americano no Caribe como forma de defender a integração latino-americana. A possibilidade de intervenção dos Estados Unidos na Venezuela foi criticada pelos governos do México, da Colômbia e do Brasil.

Fontes: Agência Brasil, 20/8/2025; AVN, 20/8/2025; Opera Mundi, 21/8/2025; La Nación, 21/8/2025; DW, 21/8/2025.

Eleições da Bolívia apontam para segundo turno entre duas candidaturas à direita

No dia 17 de agosto, foi realizado o primeiro turno e as eleições gerais na Bolívia. O próximo presidente do país será decidido no segundo turno, em um momento de declínio do Movimento ao Socialismo (MAS), partido do atual presidente, Luis Arce, que governa o país há quase 20 anos, e de crescimento da direita. Rodrigo Paz Pereira, do Partido Democrata Cristão, saiu à frente na disputa presidencial com 32% dos votos. Paz Pereira é senador pelo departamento de Tarija, é considerado um "outsider" perto dos outros candidatos (que já concorreram ao cargo outras vezes) e faz uma campanha de centro-direita, bastante marcada pela popularidade do seu candidato a vice-presidente, Comandante Lara. Também disputará o segundo turno o ex-presidente Jorge "Tuto" Quiroga, candidato pela Aliança Livre, representante da direita liberal que obteve 26% dos votos. Contrariando a maior parte das pesquisas prévias – que o colocavam no segundo turno –, Samuel Doria Medina alcançou 19%, ficando fora da disputa. Percentual parecido recebeu o voto nulo – quase 19% dos votos –, taxa que foi impulsionada pelo ex-presidente Evo Morales, impedido de concorrer ao cargo. As candidaturas à esquerda tiveram percentual de votos menos expressivo. O senador Andrónico Rodríguez, candidato pela Aliança Popular, obteve 8%, e Eduardo del Castillo, candidato pelo MAS e apoiado por Luis Arce recebeu apenas 3% dos votos. O segundo turno será realizado no dia 19 de outubro. No Congresso, a diminuição do tamanho do MAS – que obteve apenas duas cadeiras na Câmara e perdeu todas as suas cadeiras no Senado – se somou a uma ampla fragmentação. O Partido Democrata Cristão conquistou a maior bancada, mas, dado o alto grau de descentralização, dependerá de outros partidos e alianças para atingir maiorias.

Fontes: BBC, 17/08/2025; Folha, 18/08/2025; O Globo, 18/08/2025; AP News, 26/08/2025.

Miguel Uribe Turbay, pré-candidato à presidência colombiana, morre dois meses após sofrer atentado

Na madrugada do dia 11 de agosto, o senador e pré-candidato à presidência, Miguel Uribe Turbay, teve a morte confirmada por sua esposa, Claudia Tarazona. Após ter sofrido um atentado a tiros, no dia 7 de junho, o político de 39 anos, mesmo depois de passar por diversos procedimentos cirúrgicos, não resistiu aos ferimentos. Seu falecimento teve ampla repercussão nas esferas políticas e sociais colombianas. O presidente, Gustavo Petro, afirmou que "a vida está acima de qualquer ideologia" e expressou suas condolências à família. Em paralelo, o ex-mandatário e principal aliado político, Álvaro Uribe (2002-2010), que não possui relação de parentesco com Turbay, suplicou que "Miguel seja a luz que ilumina o caminho da Colômbia". Outras personalidades também prestaram suas solidariedades. Dentre elas, destacam-se o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio; o secretário geral da ONU, Antonio Guterres; e membros do governo, como a vice-presidente, Francia Márquez e o ministro da defesa, Pedro Sánchez. Neto do ex-presidente, Julio César Turbay (1978-1982), e filho da jornalista Diana Turbay, seu assassinato não foi o primeiro caso na família. Quando tinha apenas 5 anos, em 1991, sua mãe foi morta após ser sequestrada por membros do cartel liderado por Pablo Escobar. Apesar disso, Miguel Turbay entrou no mundo da política e, no ano de 2016, foi eleito vereador de Bogotá. Já em 2022, foi convidado pelo ex-presidente Álvaro Uribe para a chapa do Centro Democrático e se tornou o senador mais votado do país. Crítico ao governo Petro, Turbay era o principal nome de seu partido para a disputa presidencial de 2026. Durante um comício, no dia 7 de junho, o pré-candidato foi baleado, na cabeça, por um adolescente de 15 anos. O menor de idade foi condenado pela justiça colombiana, em 27 de agosto, a cumprir 7 anos de prisão em um centro de atendimento especializado.

Fontes: El Colombiano, 11/08/2025; El País, 11/08/2025; El País, 11/08/2025; G1, 11/08/2025; La Silla Vacía, 11/08/2025; CNN, 27/08/2025.

Atentados realizados por grupos paramilitares alertam governo colombiano em meio a Cúpula da OTCA

No dia 21 de agosto, um caminhão, carregado de material explosivo, foi acionado por membros do Estado-Maior Central, sob liderança do pseudônimo Iván Mordisco. Deixando seis pessoas mortas e mais de 60 feridas, o atentado, realizado na cidade de Cali, alertou o governo colombiano um dia antes do início da Cúpula presidencial da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Apesar da distância de 460 quilômetros entre Bogotá, capital e local de encontro das lideranças, e Cali, a terceira cidade mais populosa do país, o ataque do EMC foi o segundo no mesmo dia. Horas antes da explosão, na região de Amalfi, ao norte da cidade de Medelin, um confronto entre membros do Exército da Libertação Nacional (ELN) e a polícia resultou em 12 membros das forças do Estado mortos. Armados com drones e fuzis, o grupo paramilitar derrubou um helicóptero em missão de erradicação de plantações ilícitas. Em meio à onda de violência, o governo colombiano reforçou a segurança para o encontro das lideranças dos países membros da OTCA. Com a presença do presidente brasileiro, boliviano e colombiano – respectivamente, Lula, Arce e Petro -, a cúpula ainda contou com a participação da vice-presidente equatoriana, Maria José Pinto e outras autoridades. Além de construir um posicionamento conjunto dos países amazônicos para a COP30, que será realizada no Brasil em novembro, destaca-se o lançamento de um fundo para preservação das florestas tropicais, a maior participação do Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI) no processo de tomada de decisões e a inauguração de um centro internacional policial em Manaus. É válido ressaltar que, a principal pauta defendida pelo governo Petro, a Amazônia livre de combustíveis fósseis, não foi citada na declaração final, evidenciando, assim, a divergência de posicionamento dos líderes quanto a exploração de hidrocarbonetos na região amazônica.

Fontes: O Globo, 21/08/2025; Folha de São Paulo, 22/08/2025; OTCA, 22/08/2025; El País, 23/08/2025.

Governo equatoriano reforça agenda diplomática na América do Sul

Em 18 de agosto de 2025, o presidente equatoriano Daniel Noboa realizou uma visita oficial ao Brasil. Em Brasília, realizou uma reunião bilateral com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva,focada em discussões sobre cooperação nas áreas de educação, investimentos e comércio entre as duas nações. Adicionalmente, Noboa manteve um encontro separado com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, para tratar de assuntos de interesse legislativo comum e aprofundar a cooperação parlamentar. No dia 19 de agosto de 2025, Noboa visitou o Uruguai, sendo recebido em Montevidéu por seu homólogo, Yamandú Orsi. Os presidentes firmaram dois acordos bilaterais de cooperação em matéria de segurança. Durante a visita a Montevidéu, Noboa compareceu a uma reunião com representantes da Associação Latino-americana de Integração (ALADI) para discutir iniciativas de comércio regional.Em 20 de agosto de 2025, o presidente equatoriano realizou uma reunião bilateral com Javier Milei, na Casa Rosada, em Buenos Aires. Os mandatários abordaram a cooperação em segurança, luta contra o narcotráfico e o crime organizado transnacional, além de estruturas econômicas, comércio e abertura comercial. Paralelamente à agenda governamental, Noboa se encontrou com empresários argentinos, para discutir investimentos no Equador, com foco em setores estratégicos como mineração, energia renovável e biotecnologia.Em 21 e 22 de agosto de 2025, a vice-presidente equatoriana María José Pinto realizou uma visita oficial à Colômbia para representar o Equador na Cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazónica. No dia 21, ela foi recebida pela chanceler colombiana, Rosa Yolanda Villavicencio Mapy. No dia 22, Pinto participou das reuniões de trabalho, onde se encontrou individualmente com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Gustavo Petro (Colômbia) e Luis Arce (Bolívia). A vice-presidenta também integrou o diálogo com líderes indígenas da BaciaAmazônica e representantes da sociedade civil, focando na proteção de territórios indígenas e restrições às atividades extrativistas.

Fontes: Primícias, 05/08/2025; France 24, 19/08/2025; Ecuavisa, 19/08/2025; El Comercio, 21/08/2025; Expreso, 22/08/2025.

Presidente do Equador submete referendo para aprovação da Corte Constitucional

Em 5 de agosto, o presidente do Equador, Daniel Noboa, tornou pública a proposta de consulta popular com sete perguntas, que ele pretende realizar até 14 de dezembro deste ano. A iniciativa, divulgada através de suas redes sociais, promove reformas parciais e emendas à Constituição. O conjunto de perguntas será entregue à Corte Constitucional para a análise de constitucionalidade prévia obrigatória.As propostas incluem a eliminação da proibição de bases militares estrangeiras no país – um tema que já havia sido aprovado pela Assembleia Nacional em junho deste ano, mas que ainda aguarda pronunciamento da Corte. Também inclui o retorno dos cassinos e jogos de azar, que foram eliminados em 2011 durante o governo de Rafael Correa. Sobre esta pergunta a mudança legal propõe que os tributos dessa atividade financiem o combate à desnutrição infantil.Outros temas são: o fim da obrigatoriedade de financiamento público para partidos políticos; a eliminação do Conselho de Participação Cidadã (CPCCS); a redução do número de assembleístas; a permissão para contratação por horas exclusivamente no setor turístico. Dentre estas, o fim do financiamento público aos partidos e a eliminação do CPCCS já haviam sido derrotadas no último referendo, realizado em 2024. Uma última pergunta, que abre a possibilidade de submeter os juízes da Corte Constitucional a julgamento político, foi inserida em meio a um conflito aberto entre a Corte Constitucional, o Executivo e a Assembleia, após a Corte ter suspendido, em 4 de agosto, artigos de leis de iniciativa presidencial aprovadas pelo legislativo. A própria Corte Constitucional será agora a responsável por analisar a constitucionalidade das perguntas deste novo referendo.O presidente defende que as perguntas abordam "temas que por anos têm sido de interesse popular e de urgência de mudança". No entanto, o Conselho Nacional Eleitoral afirmou que, sem o pronunciamento prévio da Corte, não é possível avançar no planejamento da consulta.

Fontes: Deutsche Welle, 05/08/2025; CNN Latinoamerica, 05/08/2025; Infobae, 05/08/2025; Primícias, 21/08/2025.

Colômbia e Peru reativam controvérsia sobre a Ilha de Santa Rosa

No dia 5 de agosto, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, acusou o governo peruano de violar o Protocolo de Amizade e Cooperação entre a República do Peru e a República da Colômbia ao apropriar de ilhas na tríplice fronteira amazônica entre Peru, Colômbia e Brasil, mais especificamente, da Ilha de Santa Rosa. Na rede social X, Petro disse que o governo de Dina Boluarte estava desrespeitando o Protocolo estabelecido em 1934 que determina as divisões de territórios às margens do Rio Amazonas. O Ministério das Relações Exteriores do Peru alegou que o território em disputa é parte integrante de outra ilha no território peruano, a de Chinería. Entretanto, o governo colombiano afirma que não reconhece a soberania do Peru sobre a ilha, pois o território surgiu devido à sedimentação e mudanças no curso do rio somente em 1970, e, portanto, sem concordância prévia para sua incorporação ao território peruano. O episódio se escalou após Petro mudar a comemoração da independência colombiana para a cidade fronteiriça de Letícia, no dia 7 de agosto, como sinal ao governo peruano. No dia 11 de agosto, o conflito se intensificou após o hasteamento de uma bandeira da Colômbia na ilha, prontamente retirada por tropas peruanas. A presidente do Peru, Dina Boluarte, visitou a ilha no dia 15 de agosto, e afirmou que "a soberania do Peru sobre a região não está em discussão".

Fontes: El Tiempo, 05/08/2025; Infobae, 05/08/2025; Infobae, 07/08/2025; BBC, 15/08/2025.

Boluarte ameaça retirar o Peru da CIDH em meio a críticas à Lei de Anistia

A política externa de direitos humanos do Peru ganhou novo capítulo com as declarações da presidente Dina Boluarte sobre a possibilidade de retirar o país da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A decisão ocorre em meio às críticas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) à lei de anistia promulgada em julho, apontada como mecanismo de impunidade para agentes estatais acusados de tortura, execuções extrajudiciais e violência sexual durante os protestos contra o governo no conflito interno entre 1980 e 2000. Em reação, Boluarte acusou a CIDH de ingerência nos assuntos internos e anunciou a criação de um grupo de trabalho encarregado de elaborar um projeto de "soberania nacional" que viabilize a saída formal do sistema interamericano. A medida gerou repercussão intensa entre membros do próprio governo peruano e entre a sociedade civil, com declarações de que estão

repetindo o que foi feito pelo ditador Alberto Fujimori em 1999.

Fontes: La República, 05/08/2025; La República, 23/08/2025; La República, 27/08/2025; La República, 28/08/2025.

Posição do Paraguai como "sócio estratégico" dos Estados Unidos se fortalece

No mês de agosto de 2025 ocorreram ações duras dos Estados Unidos (EUA) em relação ao que o governo Trump catalogou como "combate ao terrorismo" na América Latina. Mais especificamente, Trump classificou um cartel da Venezuela, o Cartel de los Soles, como uma organização terrorista. Com isto, implementou uma operação ultramarina, com a presença de navios militares na fronteira caribenha da Venezuela. Como forma de demonstrar alinhamento às pautas de Washington e reforçar a parceria com o país, um dos Estados que seguiu o caminho de Trump foi o Paraguai. No dia 20 de agosto foi noticiado que o governo paraguaio passaria a também classificar o Cartel de los Soles como organização terrorista, no mesmo nível do Cuerpo de la Guardia Revolucionaria Islámica, Hezbollah e Hamas, por exemplo. A mídia paraguaia ficou sabendo de tal informação por meio da divulgação de uma publicação do jornal Infobae, da Argentina. Até aquele momento, a decisão havia sido aprovada pelo Senado paraguaio e somente restava o decreto presidencial. Isso demonstra que há concordância interna a respeito do alinhamento estratégico com os Estados Unidos, o que é uma constante praticamente imutável na história da política exterior do Paraguai. No dia 21 de agosto, Santiago Peña emitiu o decreto presidencial 4435-2025, atestando a posição do país. O governo paraguaio se alia aos EUA também no argumento de que Nicolás Maduro encabeçaria o esquema do narcotráfico. Por fim, diante deste contexto, é preciso salientar que a Venezuela rompeu relações com o Paraguai no dia 6 de janeiro de 2025, após o respaldo que Peña teria dado ao opositor Edmundo González. Em troca, o Paraguai expulsou o embaixador venezuelano de seu território no mesmo período. Outro acontecimento em agosto, mais especificamente no dia 12, na busca por maior proximidade entre Assunción e Washington, foi a visita de Antonio Garrastazu, diretor regional para a América Latina e Caribe ao Instituto Republicado Internacional (IRI), uma organização que apoia os valores do Partido Republicano dos EUA. O objetivo da visita e da reunião com Peña e com outros membros relevantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e com representantes do setor privado, consiste em "fortalecer a próxima Cúpula das Américas", que acontecerá em dezembro. Um dos tópicos abordados na visita consistiu, justamente, em pensar formas de contrapor as influências de países ditatoriais na região, como Cuba, Venezuela e Nicarágua. Garrastazu salientou que o Paraguai é "um sócio chave, não somente para os Estados Unidos, mas para toda a região". E ainda, destacou que o governo atual está demonstrando uma liderança forte na defesa da democracia, afirmando que, para os EUA, é importante poder trabalhar com aliados democráticos no mundo e, especialmente, na região.

Fontes: La Nación, 12/08/2025; La Nación, 20/08/2025; Deutsche Welle , 22/08/2025; La Nación, 26/08/2025.

Guiana prepare-se para eleições nacionais em meio a tensões com Venezuela

No dia 11 de agosto, a Venezuela entregou sua réplica à Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o litígio de Essequibo com a Guiana. Em entrevista, a vice-presidente venezuelana, Delcy Rodríguez, afirmou que os novos documentos comprovariam a legitimidade territorial venezuelana. Nas palavras da vice-presidente: "Não reconhecemos em nenhuma circunstância o processo judicial fraudulento iniciado pela Guiana, nem acatamos qualquer sentença proferida neste caso". Em 20 de agosto, o governo de Donald Trump, nos Estados Unidos (EUA), autorizou o envio de navios de guerra à costa venezuelana, aumentando as tensões na região. Nesse contexto regional e geopolítico, a Guiana se preparou, ao longo do mês, para suas eleições nacionais, marcadas para 1º de setembro. O partido do atual presidente Irfaan Ali, o People's Progressive party/Civic (PPP/C), aparece como o favorito em pesquisas divulgadas no período, de forma que uma reeleição parece o mais provável. Os principais opositores ao segundo mandato de Ali são Aubrey Norton, do Partnership for National Unity (APNU), e Azruddin Mohamed, do We Invest in Nationhood (WIN). Azruddin Mohamed atualmente enfrenta uma ameaça de sanções impostas pelos EUA e é considerado um risco à segurança nacional pelo presidente Ali devido à sua proximidade com autoridades da Venezuela. O Ministro dos

Assuntos Internacionais da Guiana, Hugh Todd, convocou o embaixador venezuelano na Guiana para esclarecer por quais motivos Azruddin Mohamed estaria frequentando periodicamente a embaixada venezuelana. Por sua vez, o vice-presidente Bharrat Jagdeo afirmou que o relacionamento entre Azruddin Mohamed e o governo de Caracas pode ser profundo, em linha com suspeitas levantadas por parlamentares dos EUA no mês anterior. Por fim, no dia 31 de agosto, na véspera das eleições, a Guiana denunciou que navios guianeses teriam sido alvos de disparos vindos do território venezuelano.

Fontes: Brasil de Fato, 11/08/2025; EFE, 11/08/2025; Guiana, 11/08/2025; News Room, 13/08/2025; Carta Capital, 21/08/2025; The Guardian, 30/08/2025; G1, 31/08/2025.

Governos negociam ampliação de acordos comerciais do Mercosul

O chanceler do Brasil, Mauro Vieira, se reuniu em Nova York com representantes dos governos do Canadá, Espanha e Portugal para tratar de assuntos políticos e comerciais, especialmente no âmbito do Mercosul. Com as autoridades de Portugal e Espanha, Vieira tratou de detalhes sobre o Acordo Mercosul-União Europeia. No dia 7 de agosto, o porta-voz da Comissão Europeia para o Comércio, Olof Gill, anunciou que no próximo mês trará novidades sobre a proposta que será apresentada aos países membros do bloco europeu. No mesmo dia, o presidente do Brasil anunciou que Mercosul e Índia ampliarão a cobertura do acordo comercial firmado entre as partes; o anúncio faz parte da estratégia do bloco sul-americano de ampliar transações e diversificar os parceiros comerciais sobretudo após a implementação do tarifaço de Donald Trump. Um dos desafios para a ampliação do acordo, no entanto, são as altas tarifas implementadas pela Índia no setor do agronegócio. No dia 15, a Secretária de Comércio Exterior do Brasil, Tatiana Prazeres, afirmou que o Brasil mantém um "diálogo construtivo" com o Canadá para retomar as negociações de um acordo de livre-comércio entre os países da América do Norte e o Mercosul. No dia 20, Lula e Emmanuel Macron conversaram por telefone sobre o Acordo Mercosul-UE. O governo brasileiro quer que o acordo seja finalizado até o final deste semestre durante o período de presidência pro tempore. No dia 25, o Ministro Mauro Vieira recebeu o Ministro de Comércio Canadense, Maninder Sidhu, em Brasília. Na ocasião, ambos citaram o interesse em dar continuidade às negociações – após 4 anos de paralisações - além de firmarem o compromisso com a ampliação do comércio bilateral, a defesa dos marcos firmados na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a cooperação nas áreas de energia e minerais. Segundo os representantes, uma missão comercial do Brasil viajará até Toronto em setembro para retomar as tratativas.

Fontes: CNN Brasil, 28/07/2025; Terra, 07/08/2025; CNN Brasil; 07/08/2025; CNN Brasil, 15/08/2025; UOL, 20/08/2025; Veja, 25/08/2025; CNN Brasil, 25/08/2025.

.

OPSA

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO

CAPES CNPq FAPERJ IESP.UERJ